IHS
NOVVS
ATLAS
SINENSIS
A
MARTINO
MARTINIO
SOC. IESV
DESCRIPTVS
ET
SEREN.mo ARCHIDVCI
LEOPOLDO
GVILIELMO
AVSTRIACO
DEDICATVS.
CLAVSA RECLVDO

Novus Atlas Sinensis

FEDERICO MASINI*

Martino Martini (1614-1661) é hoje justamente relembrado como um missionário tridentino na China; contudo, ele foi sobretudo, por assim dizer, um missionário da China na Europa. De facto, foi graças às suas obras latinas que algumas gerações de literatos europeus puderam conhecer a conformação geográfica da China, os usos e costumes do seu povo, a sua história antiga e moderna, até a sua língua.

Durante a sua intensa carreira intelectual foi, com efeito, tanto um homem de acção como um homem de letras, ou melhor, conseguiu empregar os momentos de pausa da sua actividade mais estritamente missionária em terra chinesa para compor aquelas obras que o tornaram famoso, em particular, o *Novus Atlas Sinensis*, o primeiro e durante mais dum século o único atlas geográfico descritivo da China, há alguns anos publicado pela primeira vez numa completa edição moderna como terceiro volume da *Opera Omnia*, ao cuidado de Giuliano Bertuccioli, dirigida por Franco Demarchi.[1]

A GÉNESE DA OBRA

Martini acabava de se tornar superior da residência de Hangzhou e provavelmente estava para se encaminhar para o primeiro período de tranquilidade desde que tinha deixado a sua pátria tridentina, quando, em 1650, o padre provincial Manuel Dias (1574-1659) dispôs que fosse para Pequim para colaborar com o missionário Adam Schall von Bell (1592-1666), empenhado como matemático junto da Corte imperial. Contudo, provavelmente também por causa das divergências com o matemático prussiano, no mesmo ano o padre provincial incumbiu Martini da tarefa de defender a causa dos jesuítas junto da Santa Sé acerca do sentido laico que atribuíam aos assim chamados Ritos Chineses.

Depois de regressado a Hangzhou, chegou ao Fujian, província costeira meridional chinesa, de onde embarcou para as Filipinas, provavelmente em Março de 1651, na companhia de um jovem chinês, Domingos Siquin, originário da província de Hebei, de vinte e oito anos, baptizado pelos dominicanos havia oito anos.

No arquipélago das Filipinas, Martini, em companhia de Siquin, permaneceu durante quase um ano, até Janeiro de 1652, quando embarcou para a Europa. É provavelmente durante este período de longa espera – provavelmente só distraído pelo cuidado duma questão comercial que estava particularmente a peito aos jesuítas da China – que Martini se dedicou à redacção das obras que serão dadas à estampa na Europa após a sua chegada. Martini compôs estas obras durante as pausas da sua viagem, consultando as obras chinesas, geográficas e históricas que tinha trazido da China e graças à ajuda linguística do jovem convertido chinês.

* Licenciado em Filosofia na Universidade de Roma La Sapienza, doutorou-se em Estudos Orientais no Istituto Universitario Orientale di Napoli. Lecciona Língua e Literatura Chinesas nma Universidade de Roma La Sapienza.

Graduate in Philosophy from the University of Rome La Sapienza; Ph.D. in Oriental Studies from the Istituto Universitario Orientale di Napoli. Teaches Chinese Language and Literature at the University of Rome La Sapienza.

HISTORIOGRAFIA

Mapa do *Imperium Sinarum* no *Novus Atlas Sinensis.* Reprodução, bem como todas que acompanham este artigo, por cortesia do Centro Martino Martini, Trento.

Para além disso, outra paragem forçada em Batávia, a actual Jacarta, na Indonésia, de Maio de 1652 até Fevereiro de 1653, permitiu-lhe verosimilmente continuar a aplicar-se às suas obras, actividade a que se dedicará durante todo o resto da sua viagem, que o levará, por fim, a desembarcar em Bergen, na Noruega, em Setembro de 1653.

Os anos na Europa, até ao começo de 1656, marcam um período de intensíssima actividade diplomática e política de Martini junto dos reis e dos doutos de todo o continente, na Holanda, na Bélgica, na Alemanha, na Áustria e na Itália. Contudo, nestes mesmos anos, Martini conseguiu dar à estampa as obras que tinha preparado durante a sua viagem: em Roma, a *Brevis Relatio de Numero et Qualitate Christianorum apud Sinas*, que permitiu a gerações de literatos e religiosos da Europa conhecer o estado da religião cristã na China (volume ii da *Opera Omnia*), em Antuérpia em 1654, a história da conquista do Império pela dinastia Ming, *De Bello Tartarico Historia* (volume v da *Opera Omnia*), em Amesterdão, em 1655, a geografia do Império Chinês, *Novus Atlas Sinensis*. A *Sinicae Historiae Decas Prima*, uma história da China até ao nascimento de Cristo, foi impressa em Munique em Novembro de 1658 (volume iv da *Opera Omnia*) depois de ter partido outra vez para a China onde o esperavam novas missões perigosas.

A ESTRUTURA DO *ATLAS*

Desde o título, a obra apresenta-se em toda a sua novidade. De facto, a escolha da palavra "atlas" para título quer etiquetar a obra como um tratado de geografia moderna, disciplina nascida na Europa há pouco tempo, a partir da publicação do *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius (1527-1598), em 1570, e do atlas do flamengo Gerardus Mercator (1512-1594) de 1585, a quem tem que ser atribuído o mérito de ter adoptado o termo *Atlas* para uma colectânea, em volume, de mapas.

O *Novus Atlas Sinensis* abre com uma Dedicatória ao arquiduque Leopoldo Guilherme de Habsburgo (1614-1662), naquela época governador da Bélgica, seguida do pedido do Privilégio ao imperador Fernando III dos Habsburgo (1608-1657) a favor do impressor holandês Jean Blaeu e da concessão deste, que teve lugar em 1665, e acompanhada, por fim, de duas aprovações canónicas da Ordem dos jesuítas.

Assim acabada esta primeira parte de apresentação, Martini começa o verdadeiro tratado com um longuíssimo "Prefácio ao leitor em que é anteposta a descrição general de toda a Ásia extrema". Esta parte, que abrange mais de oitenta páginas e que já tinha aparecido em italiano, em 1981, pelo cuidado do saudoso sinólogo Giorgio Melis, compreende uma extensa exposição geral de todos os aspectos mais salientes e comuns do continente chinês. Martini descreve os confins geográficos da China, analisa a origem dos seus nomes, trata das suas defesas naturais, do seu clima, da sua configuração geográfica; em seguida encara a descrição dos seus produtos naturais para chegar, por fim, à exposição da sua geografia humana, aspecto este particularmente apreciado por Martini.

A população chinesa é descrita com grande precisão e cuidado, com as suas artes, as suas ciências, as suas fés, os seus usos e costumes, por vezes apresentados com palavras encomiásticas, por vezes estigmatizados salazmente, como, por exemplo, quando escreve:

> "Há mulheres que têm pés pouco maiores que os cascos duma cabra ou duma vaca. É uma estultícia de todo ridícula e estranha em gente muito civil, que, se visse Helena, desprezá-la-ia pelos seus pés demasiado grandes. Aqui todas as mulheres, para agradarem aos homens, submetem-se de boa vontade a este género de tortura."[2]

Esta crítica contra tão inumana prática chinesa, como demonstra com agudeza Bertuccioli,[3] não parece ter sido partilhada pelos outros missionários que, como Matteo Ricci (1552-1610), pelo contrário, se abstiveram de a estigmatizar.

Depois de ter tratado, descendo, de certo modo, a pormenores, como as vestiduras e as bebidas daquele povo, Martini volta a falar dos frutos da sua inteligência, descrevendo as ruas, as embarcações, as casas modestas e os palácios sumptuosos, o sistema administrativo, as torres e os templos. Duas longuíssimas partes são, por fim, dedicadas, uma, às águas, outra, à Grande Muralha. A função da água na civilização chinesa, por alguns chamada justamente "civilização hidráulica", é sublinhada pela importância que Martini dá à

Frei Martino Martini. Óleo sobre tela de autor anónimo do século XVII (Museu Provinciale d'Arte do Castello del Buonconsiglio, Trento, Itália).

exposição dos rios, em geral, e à dos dois grandes rios chineses, em particular, o Yangzijiang e o Huanghe ou rio Amarelo. Martini, que, diferentemente de Marco Polo, tinha morado na China numa época em que a função de protecção desempenhada pela Grande Muralha relativamente às povoações nómadas centro-asiáticas era muito viva, dedica algumas páginas à sua celebração, apesar de, ele também, como Marco Polo, quase a ter esquecido:

> "Enquanto escrevia a toda pressa estas coisas, tinha esquecido a Grande Muralha chinesa, famosa pelos testemunhos de muitos escritores, agora e outrora considerada com a maior admiração e digna de eterna lembrança."[4]

Martini, por fim, acrescenta "algumas coisas que parecem muito úteis para compreender mais facilmente o que seguirá",[5] isto é, breves notícias sobre a cronologia chinesa – o que será objecto da sua grande obra histórica, a *Decas Prima* –, sobre pesos e medidas, como também sobre a maneira correcta de pronunciar as palavras chinesas, transcritas por Martini para latim, segundo o uso largamente estabelecido naquela época entre os missionários portugueses, italianos e franceses, desde há quase meio século, isto é, desde que Ricci tinha estabelecido algumas regras gerais de romanização das palavras chinesas.

O verdadeiro prefácio acaba, por fim, com estas palavras:

> "Antes de passar a cada província, só falta dar breves esclarecimentos sobre as regiões confinantes com o Império Chinês e sobretudo ouvir o que os geógrafos chineses dizem sobre elas. Do Japão e da Coreia e do Liaodong tratarei singularmente junto com os seus mapas."[6]

Encontramos, com efeito, uma breve exposição da "Tartária Oriental", a moderna Manchúria, naquela época habitada pelos jurchens, povo tungue; a seguir temos uma descrição dos reinos de Nüergan e de Ezo. O primeiro trata-se duma zona da Manchúria do nordeste, habitada por uma população tungue. O reino de Ezo é a moderna ilha japonesa de Hokkaido, ou seja, a ilha do mar do Norte, terra desconhecida até 1869, quando tomou o nome moderno, tendo sido definitivamente averiguado que se tratava duma ilha e não duma península, ao contrário do que se pensara durante muito tempo.[7]

Após os reinos orientais, é a vez dos que se encontram a Ocidente da China, a saber: os reinos habitados pelas tribos mongóis da Tartária Oriental; o reino de Samarcanda; os reinos dos Xifan, isto é, em geral, as povoações não-chinesas que moravam para lá dos confins ocidentais, que compreendiam também o Tibete e o reino de Birmânia; o reino de Laos, que merece uma exposição separada, provavelmente porque já conhecido por Martini graças à obra de evangelização ali conduzida pelo jesuíta João Maria Leiria (?-1665). O último reino descrito brevemente por Martini é o de Annam, ou seja, o moderno Vietname, região de longa data sob o controlo político da China, de que Martini nos apresenta uma concisa, embora exacta, exposição histórica.

A descrição de tais reinos, numa ordem que respeita a sua posição geográfica em relação à China, de Nordeste a Sudoeste, aparece claramente baseada nas fontes chinesas, às quais Martini faz de quando em quando indirectamente referência por intermédio

Primeira página do "Prefácio ao leitor".

ATLAS
EXTREMÆ ASIÆ,
SIVE
SINARVM IMPERII
GEOGRAPHICA DESCRIPTIO.

AD LECTOREM PRÆFATIO,
In qua totius extremæ Asiæ descriptio
generatim præmittitur.

Mapa da província de Pequim no *Novus Atlas Sinensis*.

de algumas expressões como, por exemplo: "também o autor chinês diz que são".[8] Ao contrário, o núcleo fundamental do prefácio, isto é, toda a primeira parte, parece fruto exclusivamente duma síntese de Martini, escrita de jacto, com alterações e acrescentamentos tardios (como a parte relativa à Grande Muralha), todavia capaz de fornecer ao leitor uma visão clara e sintética, mas ao mesmo tempo extremamente precisa, de todos os aspectos fundamentais da China. Este prefácio por si só poderia valer a obra no seu conjunto, se não fosse, por fim, seguido de uma outra tanto sintética como precisa descrição de todas as quinze províncias de que se compunha a China da época, baseada tanto no que Martini tinha visto pessoalmente como nas "notícias que tenho tirado dos cosmógrafos chineses absolutamente dignos de serem acreditados. […] ajudado sobretudo pelos mapas e por aqueles famosos livros chineses, os únicos que trouxe da China à pátria, como fossem um tesouro".[9]

As quinze províncias de que se compunha o império chinês na época de Martini eram, segundo a transcrição moderna: Pequim, Shanxi, Shaanxi, Shandong, Henan, Sichuan, Huguang, Jiangxi, Jiangnan, Zhejiang, Fujian, Guangdong, Guangxi, Guizhou, Yunnan. Cada uma delas é tratada por Martini em capítulo próprio precedido pelo respectivo mapa geográfico a cores, segundo um esquema expositivo regular.

Para cada província Martini apresenta, em primeiro lugar, os limites e as suas características gerais, os nomes que assumiu ao longo da história, a sua população e eventualmente a sua índole e os seus produtos principais, como, por exemplo, a seda do Zhejiang ou o ruibarbo do Shaanxi. Esta parte introdutória é seguida pela exposição sistemática de cada circunscrição administrativa em que está dividido o governo da região, segundo a tradicional estrutura piramidal chinesa: *sheng* 省 (província), *fu* 府 (cidade), *zhou* 州 (circunscrição), *xian* 县 (distrito), *zhen* 镇 (município). Para cada província Martini apresenta uma exposição separada de cada *fu*, de que nos fornece os dados acerca dos seus limites, da origem histórica do seu nome, dos seus produtos e das suas particularidades oroidrográficas, como também um elenco de todas as *zhou* (marcadas com um círculo que contém um ponto preto) e de todos os *xian* de que as *fu* sejam eventualmente compostas.

Em muitas províncias – exactamente Beijing, Shanxi, Shaanxi, Shandong, Sichuan, Zhejiang, Fujian, Guangdong, Guangxi, Guizhou, Yunnan –, na maioria dos casos, confinantes com países estrangeiros ou dotadas de acesso ao mar, estão indicadas as localidades militares, elas também divididas em *fu*, *zhou* e *xian*. A estas são de acrescentar as fortalezas e as bases militares para a defesa marítima, que podem ser de grande dimensão (5000 homens) – *wei* 卫 –, de média ou pequena dimensão (1100 ou 100 homens) – *suo* 所, para além das torres de vigia, *fengtai* 烽台 ou *fenghou* 烽堠.

No apêndice à província de Yunnan encontra-se uma breve exposição de três zonas limítrofes e externas à China, mas a ela ligadas por profundas relações culturais e políticas: o Liaodong, região situada a nordeste, correspondente mais ou menos à hodierna província chinesa do Liaoning, que, como Martini indica, "Por grandeza e número dos habitantes mereceria justamente o nome e a dignidade de província, mas a dinastia Taiming não lhe quis fazer concessões neste sentido"[10]; a península de Coreia, reino sob protectorado chinês já há muitos anos, e o reino de Japão.

Relativamente a estas regiões, Martini fornece notícias bastante escassas, baseadas nas mesmas obras chinesas consultadas para as províncias chinesas – sobretudo o *Daming yitong zhi* 大明一统志 – embora úteis, na época em que escrevia, para integrar as notícias insuficientes chegadas ao Ocidente acerca daqueles países. Em particular, Martini confuta a crença que a Coreia é uma ilha: "Nem todos os europeus sabem com certeza se a Coreia é uma ilha ou terra firme, contudo não duvido de que seja uma península e que não se possa circumnavegar de modo nenhum".[11]

Tratamento um pouco diferente é dado ao reino de Japão, sobre o qual Martini escreve:

> "Tinha prometido acrescentar algumas notícias sobre o Japão, mas, como outros primeiro do que eu e sobretudo os padres da nossa Companhia, entre os quais sobressaem Maffei e Torsellini, têm descrito tudo com muita precisão, acrescentarei como apêndice só aquelas poucas coisas que os outros têm ignorado ou omitido por incúria ou esquecimento."[12]

Talvez porque os confrades de Martini, Giampiero Maffei (1535-1603) e Orazio Torsellini (1544-1599), já tivessem tratado o Japão em duas obras aparecidas respectivamente em 1571 e em 1594, a exposição do Japão é precedida do respectivo mapa, sendo indicada como "Apêndice" para sublinhar que se trata dum reino independente.

LATITUDES E LONGITUDES

O *Atlas* termina com um "Catálogo das latitudes e longitudes" de todas as localidades indicadas na exposição de cada província. Trata-se dum elenco precioso, não só porque apresenta duma maneira sinóptica todas as localidades chinesas, divididas por províncias e cidades, mas sobretudo porque fornece a longitude e a latitude de todas as localidades citadas.

Foi esta uma importante contribuição fornecida por Martini à história da cartografia da sua época: de facto, se pela parte descritiva lhe tinha sido possível empregar amplamente as várias fontes chinesas, podemos supor que os dados sobre a latitude e a longitude indicados neste "Catálogo" foram calculados pessoalmente por Martini. O cálculo da latitude não apresentava problemas particulares e as medidas dos graus que apresenta não são muito diferentes das verificados actualmente. O método para calcular a longitude era, pelo contrário, ainda objecto de discussão científica e o próprio Martini propôs, em várias cartas enviadas ao seu mestre do Colégio Romano, Athanasius Kircher (1602--1680),[13] o uso da agulha de marear para o seu cálculo da longitude, adoptando, por fim, para calcular a longitude de todas as localidades da China o meridiano que passa por Pequim como meridiano zero.

A geografia chinesa, como demonstra a riqueza dos dados oferecidos por Martini, já tinha atingido um notável nível de desenvolvimento. Embora o sistema das latitudes e das longitudes não fosse desconhecido dos chineses – aliás não tinha sido posto em ponto também na Europa, o que aconteceu só em 1735 – nos 17 mapas do *Atlas*, Martini traçou as linhas da latitude e as da longitude. No "Catálogo" empregou, por conseguinte, a indicação destas para fornecer a exacta colocação de todas as localidades citadas nas províncias, dando assim a posição de mais de 2100 localidades chinesas, japonesas e coreanas. O próprio Martini confirma-o ao escrever no Prefácio ao *Atlas*:

> "(Os) cosmógrafos chineses […] têm escrito livros que formam uma única 1colectânea, em que tinham indicado os nomes e a posição de cidades, distritos, rios, montes e outras notícias úteis; têm marcado com cuidado as distâncias, mas não a longitude e a latitude".[14]

Este Catálogo aparece, por consequência, fruto dos cálculos de Martini sendo, por isso, um repertório que pode justamente orgulhar-se dum primado cronológico sobre análogos elencos redigidos em épocas mais recentes.

Na cartografia chinesa, as linhas da latitude e as da longitude continuaram por muito tempo a aparecer contextualmente em quadrícula, sistema tradicional chinês de divisão cartográfica, só substituído na segunda metade do século xix.

Se na representação estritamente cartográfica vemos a contribuição da tradição cultural e científica com que Martini se tinha formado na Europa, parece-nos de absoluto relevo sublinhar que Martini fez própria a grande tradição chinesa das descrições geográficas, que incluía não só os aspectos mais estritamente físicos, em particular os oroidrográficos, mas também a geografia humana e social: da fusão destes dois aspectos – representação cartográfica de implantação e rigor europeu e descrição geográfica de tradição chinesa – nasceu o segredo do extraordinário êxito do *Atlas* de Martini.

AS FONTES DO *ATLAS*

A publicação da versão comentada do *Atlas* no volume iii da *Opera Omnia* tem permitido resolver, provavelmente para sempre, a *vexata quæstio* das fontes desta obra.

Os autores, italianos e estrangeiros, que se têm dedicado ao estudo do *Atlas*, têm exprimido, no decurso dos anos, opiniões diferentes acerca das fontes da obra geográfica de Martini. Segundo alguns, a partir de Louis Pfister (1833-1891), a fonte principal de Martini foi a obra de Lu Yingyang 陆应阳, *Guangyu ji* 广舆记, de 1600; segundo outros, pelo contrário, as fontes principais consultadas por Martini foram *Guangyu tu* 广舆图 de Luo Hongxian 罗洪先, surgido pela primeira vez em 1541, e reimpresso mais duma vez, e *Guangyu kao* 广舆考, de que uma edição de 1595 tinha sido levada para Itália pelo viajante Francesco Carletti (1573-1636) e que se conserva actualmente na Biblioteca Nacional de Florença; outros ainda, como o estudioso chinês Ma Yong 马雍, têm avançado a hipótese de ele ter integrado tais materiais consultando o vasto repertório das crónicas locais, riquíssimas colectâneas de textos que relatam, por ordem cronológica, os acontecimentos principais que tinham tido lugar em cada localidade do Império Chinês durante as várias dinastias. Contudo, parece que todas as anotações dos estudiosos do passado se apoiam em observações expeditas e não sufragadas com cuidado. Só o aparato crítico que hoje acompanha a edição do *Atlas* permite chegar, e de uma maneira definitiva, às fontes; de facto, o Professor Bertuccioli comparou todo o texto do *Atlas*, passo a passo, com o que está exposto em treze obras geográficas publicadas na China antes da sua redacção.[15] São estas as fontes do *Atlas*, tendo sido, com efeito, possível ao curador do volume identificar numa ou em mais destas a fonte de cada informação reportada por Martini. Martini baseou-se certamente em grau diferente nestas obras e provavelmente as que teve mais presente, sobretudo pelos dados estatísticos relativos à população e aos produtos, foram, por ordem de importância, *Guangyu kao*, *Guangyu tu*, *Tushu bian* 图书编, *Sancai tuhui* 三才图会, *Huangyu kao* 皇舆考 e a *Mingshi* 明实, esta última utilizada, assaz inexplicavelmente, em particular para as províncias de Huguang e de Jiangsu.

O emprego de tão vasto e completo repertório de fontes (trata-se, com efeito, de todas as principais fontes históricas chinesas disponíveis naquela época) demonstra não só o cuidado com que Martini se aplicou à sua grande obra geográfica, mas sobretudo dissipa definitivamente quer as ilações acerca dos seus escassos conhecimentos da língua chinesa quer as suposições dos que afirmaram que Martini se limitara

à tradução de um texto chinês – entre os quais o padre Jean Amiot (1718-1793) no fim do século xviii –, sem falar das acusações do dominicano Domingo Navarrete, que afirmou estar o *Atlas* cheio de erros e falsidades, acusações estas refutadas com agudeza pelo seu confrade Ferdinand Verbiest (1628-1688) já no tempo de Martini.

Se na representação estritamente cartográfica vemos a contribuição da tradição cultural e científica com que Martini se tinha formado na Europa, parece-nos de absoluto relevo sublinhar que Martini fez própria a grande tradição chinesa das descrições geográficas...

De facto, só um extraordinário conhecimento da língua chinesa clássica em que tais obras geográficas estavam escritas teria permitido a Martini tirar notícias de tão amplo e vário repertório de obras. Contudo nem é preciso subestimar a ajuda eficaz que encontrou no jovem chinês que o acompanhou na sua viagem de volta da China à Europa. Aliás, algumas leituras erradas dos topónimos chineses não se explicariam, como já foi sublinhado por Ma Yong, senão pela pressa na leitura que por vezes induziu Martini a confundir caracteres semelhantes, erro este em que mais dificilmente teria incorrido um leitor indígena.

A dificuldade das condições em que a obra foi composta também faz imaginar que dificilmente lhe teria sido possível consultar, em particular durante tão perigosa viagem da China para a Europa, as crónicas locais chinesas que referem factos específicos relativos a cada circunscrição administrativa. É pouco provável que pudessem encontrar lugar numa obra por muito ampla e detalhada que esta fosse, mas sempre compendiosa quando comparada com a vastidão daquelas crónicas locais.

Com a provável intenção de permitir uma precisa localização dos topónimos chineses e servir assim como exacto guia geográfico, Martini escolheu não latinizar os topónimos chineses, diferentemente do que fez em relação aos nomes próprios, que latinizou sistematicamente quer no *Atlas* quer na *Decas Prima*.

Pelo que se refere a toponomástica, Martini teve o grande mérito de ter conseguido identificar todos os topónimos introduzidos por Marco Polo. Se Matteo Ricci já tinha identificado a Cambalu de Polo com a cidade de Pequim, Martini identifica Quinsai de Marco Polo com Hangzhou, Singui com Suzhou, Cugui com Quxian, Cingiam com Zhenjiang etc. A identificação de Martini não surge como uma pura questão toponomástica, mas tem o grande mérito de fornecer definitivamente a base cartográfica para as observações geográficas fornecidas por Marco Polo, confirmando com um intervalo de séculos a implantação geral do relato deste. Tal conexão histórica aparece-nos ainda hoje de grande actualidade, exactamente quando a narração poliana tem sido objecto de críticas e suspeitas, que têm levado a pôr em dúvida que Marco Polo tenha realmente visitado a China.

Afora isso, Martini demonstra ter consultado todas as poucas fontes ocidentais disponíveis sobre a China, em geral, e a sua geografia, em particular: para além de *Il Milione* de Marco Polo, a *Relatio* de Odorico da Pordenone (1265-1331 ca.) e todos os insuficientes relatos publicados por Giovanni Battista Ramusio a partir de 1550 em *Navigationi et Viaggi*. O texto que Martini demonstra ter tido mais presente é a obra de Nicolas Trigault (1602-1667) *De Christiana Expeditione apud Sinas Suscepta a Societate Jesu* (Augusta, 1614), que é a versão latina dos famosos *Commentari* de Matteo Ricci, publicados na sua versão original italiana só no século xx.

Uma das razões do grande êxito editorial do *Atlas* é, por conseguinte, imputável à riqueza e à variedade das fontes: de facto, Martini foi capaz de juntar os conhecimentos resultantes das suas experiências de viagem – Martini, como foi averiguado, visitou pelo menos sete províncias (Pequim, isto é, o Beizhili, Shandong, Nanquim, isto é, Jiangnan, Zhejiang, Fujian, Jiangxi e Guangdong) – com o que tinha lido sobre a China nas fontes ocidentais então disponíveis, e sobretudo ao que tinha lido nas já citadas obras geográficas chinesas, que tinha trazido por ocasião da sua viagem para Europa.

Graças ao paciente trabalho de reconstrução das fontes, ocidentais e chinesas, de cada passo do *Atlas*, de que Bertuccioli dá conta no aparato das notas explicativas, hoje podemos afirmar com certeza que o *Atlas* não foi o resultado de uma mais ou menos ampla tradução de textos chineses, mas fruto duma obra de talento, o que liberta o campo, espera-se definitivamente, das multíplices ilações sobre a génese e a redacção desta obra.

A FORTUNA DO *ATLAS*

Depois da rapidíssima publicação do *Atlas* em Amesterdão ao cuidado do conhecido editor Jean Blaeu (1596-1673) na segunda metade de 1655, a obra foi reimpressa em francês e em holandês em 1655, em alemão em 1656 e em espanhol em 1658--1659, obtendo um extraordinário êxito editorial, não comparável ao de outros mapas da China preparados por outros missionários. De facto, provavelmente para contrastar com o êxito editorial do *Atlas*, o maior concorrente do editor Blaeu, o editor francês Nicolas d'Abbeville Sanson (1600-1667) publicou, em 1656, um mapa da China atribuído a Michele Ruggieri (1543-1607) e Matteo Ricci; em 1655, em Londres, foi publicada uma versão inglesa *L'Imperio de la China,* de Álvaro Semedo (1582-1649), e, em 1670, o editor francês Pierre Mariette, colaborador de Sanson, imprimiu o mapa da China do jesuíta polaco Michael-Pierre Boym (1612-1659), *Mappa Imperii Sinarum*. Contudo nenhum destes mapas conseguiu igualar o êxito do *Atlas*. Como não era uma simples colectânea de mapas, mas verdadeiramente um atlas, em que o texto escrito, que acompanhava os mapas, era riquíssimo em informações de primeira mão sobre o continente chinês. Como foi justamente observado por O. Balducci: "Antes de Martini, sobre a China, de impresso ou de domínio público para uma larga divulgação, não existia nada".

O atlas de Martini conservará o seu primado pelo menos durante quase um século até que, em 1735, o jesuíta francês Jean Baptiste Bourguignon d'Anville (1697-1782) publica em Haia o *Nouvel Atlas de la Chine*, utilizando o atlas da China preparado em Pequim pelos missionários ocidentais por ordem do imperador Kangxi. Contudo, o *Atlas* de Martini continuará a ser considerado um ponto de referência imprescindível para a cartografia da China até ao século xix, quando o descobrimento da China pelo mundo protestante inaugurará uma nova estação nas relações entre o Ocidente e a China.

Se Matteo Ricci e Giulio Aleni tinham feito conhecer a Europa na China e, em particular, a sua geografia, a Martino Martini tem que ser certamente atribuído o grande mérito de ter fornecido primeiro, depois das escassas notícias de Marco Polo, um conjunto sistemático de noções e reflexões sobre a realidade física, geográfica e humana do grande continente chinês, aplanando assim o caminho à exploração cultural, primeiro, e comercial, em seguida, no século xix. Sepultado nas bibliotecas e citado só em raras obras sinológicas, só há poucos anos o *Atlas* viu a luz do dia numa completa tradução italiana em que, graças ao riquíssimo aparato bibliográfico e explicativo, finalmente aparece em todo o seu esplendor, não como simples congérie de informações, mas como uma síntese de raro talento intelectual. RC

Tradução de Stefania Elena Carnemolla.

NOTAS

1 Franco Demarchi (dir.), Giuliano Bertuccioli (ed.), Martino Martini, S. J., *Opera Omnia*, 6 vols. Trento: Università degli Studi di Trento, 1998 - .
2 Martino Martini, S. J., *Novus Atlas Sinensis*, in *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, pp. 247-248.
3 Giuliano Bertuccioli (ed.), Martino Martini, S. J., *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, p. 307, nota 55.
4 Martino Martini, S. J., *Novus Atlas Sinensis*, in *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, p. 268.
5 *Ibidem*, p. 270.
6 *Ibidem*, pp. 276-277.
7 Veja-se, em particular, a nota 121 ao "Prefácio", *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, p. 324.
8 Martino Martini, S. J., *Novus Atlas Sinensis*, in *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, p. 295.
9 *Ibidem*, pp. 297.
10 Martino Martini, S. J., *Novus Atlas Sinensis*, in *Opera Omnia*, vol. 3, t. 2, p. 842.
11 *Ibidem*, pp. 846.
12 *Ibidem*, pp. 852.
13 Vejam-se as cartas III, IV, VI e VII de Martini publicadas no volume 1 da *Opera Omnia*.
14 Martino Martini, S. J., *Novus Atlas Sinensis*, in *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, p. 297.
15 O elenco das obras chinesas consultadas por Martini encontra-se nas pp. 10-12 do t. 1 do vol. 3 da *Opera Omnia*.